

O BRASIL E OS PAÍSES ANDINOS: política e negócios

Shiguenoli Miyamoto

Email: shiguenoli@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Área Temática VI- Relaciones Internacionales

Sub-area 3 – Los acuerdos de integración regional desde
la perspectiva de la Ciencia Política

Trabajo preparado para su presentación en el
VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la
Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).
Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013

O Brasil e os países andinos: política e negócios¹

Shiguenoli Miyamoto²

Resumo: Desde os anos 70, os Andes têm desempenhado papel de relativa importância na agenda da política externa brasileira. Tanto sob o ponto de vista da integração sul-americana, quanto nas relações bilaterais, os países andinos vêm aumentando sua participação nos negócios brasileiros. No plano político, as identificações observadas sobretudo com a Bolívia, Equador e Venezuela têm feito com que a política externa brasileira tenha se orientado com atenção maior para esta parte do continente. Além disso, a região tem sido importante para o governo e as grandes empresas brasileiras, que prestam serviços e investem de forma apreciável em segmentos diversos das economias desses países.

Palavras-chave: política externa brasileira; região andina; integração regional; cooperação regional; investimentos brasileiros

Introdução

Embora seja conhecida como pragmática e universalista, sobretudo a partir de meados dos anos 1970, a política externa brasileira sempre apresentou essas facetas. Praticamente a totalidade dos países se relaciona com os demais parceiros em todo o mundo adotando tal perspectiva, não sendo, portanto, exclusividade nem novidade. Difícil seria imaginar o contrário.

Pode-se, certamente, elencar oportunidades em que conjunturas adversas, motivadas por divergências exacerbadas, fizeram com que Estados rompessem relações ou mantivessem distanciamento de outros que não comungassem ideais parecidos. Esses são contextos marcados pela excepcionalidade, não são características permanentes, ainda que possam ser relativamente duradouros.

Mas, mesmo nesses casos, canais existem que permitem o intercâmbio, se não da totalidade, pelo menos de diálogos no plano político ou econômico, no cultural ou esportivo. Por isso mesmo, ao longo do relacionamento entre dois países ocorrem momentos de aproximação maior ou divergências pontuais ou mais amplas, jamais se caracterizando por uma continuidade uniforme ou conflitos permanentes. Ou seja,

¹ Versão preliminar. Este texto será, posteriormente, revisado, acrescentando-se dados empíricos, comparativos e reforçando-o em termos bibliográficos. A produção deste texto e a participação no evento contaram com recursos do CNPq através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (nível 1B) concedida ao autor.

² Livre-Docente e Professor Titular [aposentado] em Relações Internacionais e Política Comparada. Atualmente é professor colaborador-voluntário do Departamento de Ciência Política da UNICAMP e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais UNESP-UNICAMP-PUC/SP. Áreas de interesse: Política Externa Brasileira; Integração Regional; Defesa e segurança sul-americanas. Email: shiguenoli@gmail.com.

tanto no âmbito doméstico, quanto no plano das relações internacionais não existem amigos ou inimigos permanentes, daí as alianças, coalizões, quando a situação a tal obriga, pela conveniência ou necessidade.

Da mesma forma, a opção entre alinhamento ou maior aproximação e pragmatismo faz parte rotineira do comportamento das nações, dependendo das conjunturas internas (revoluções civis e militares, golpes de Estado) e globais, dos interesses envolvidos e da capacidade que os diversos agentes têm para influenciar as orientações da conduta externa de seus governos.

Todos os Estados agem direcionados pela defesa dos interesses nacionais, não interessando aqui, se estabelecidos apenas pelo governo ou por atores que atuam de maneira organizada junto às instâncias decisórias. Esse fato também é comum, já que poucas são as sociedades organizadas, através de suas instituições, que conseguem pressionar os estadistas para que levem na devida conta suas opiniões, mesmo contrárias às de quem governa.

Nesse sentido, as escolhas feitas pelos governantes atendem a interesses diversos nas áreas políticas, econômicas, militares, culturais, etc. Procuram, portanto, definir as diretrizes condutoras da atuação internacional, atendendo aos interesses, às exigências e conveniências do momento, dos grupos e/ou do país.

Ao assim agirem, enfrentam pelo menos dois problemas. O primeiro, a necessidade de atuar de forma satisfatória, para não sofrer críticas no âmbito interno e externo. Isso significa que se cobra dos responsáveis pela formulação e implementação da política externa, coerência na definição de parceiros, de metas e de retornos. A médio e longo prazos isso significaria, igualmente, ampliar o papel exercido pelo país no cenário regional e internacional, aumentando o seu peso na comunidade mundial.

O segundo problema é que a alternância de poder doméstica dificilmente possibilita atuação linear por período prolongado. Cada governo, representando o programa do partido (ou esquecendo-se desse assim que assume o controle do aparato de Estado, sintonizando-se com interesses outros de grupos de pressão, empresariais, etc.), tem óticas diferentes de ver o mundo, de como inserir-se nele da forma mais favorável, e de estabelecer prioridades e mecanismos para escolha de parceiros, em termos regionais, quais nações se deve privilegiar (grandes, pequenas, médias), organismos internacionais ou outros quetais.

Países com as características do Brasil têm enfrentado, ao longo do tempo, dificuldades para dar conta de suas complexidades, atendendo de forma satisfatória todas as demandas, sobretudo porque novos cenários, atores e interesses emergem cotidianamente.

Considerado potência média desde o final da Primeira Grande Guerra, o Brasil nunca conseguiu elaborar, muito menos colocar em prática, um projeto de inserção internacional mais sólido, além daqueles divulgados em momentos de euforia, mas de pouca durabilidade. Menos que um projeto, sempre houve cartas de intenções nunca concretizadas.

Por isso mesmo, e em função de tais dificuldades, o que se tem observado é justamente a oscilação em sua conduta, qual efeito browniano, atuando de forma voluntariosa em determinado cenário, e de maneira reativa, defensiva e desordenada em grande parte de sua história. Nem explicações convincentes ou competentes são fornecidas pelas autoridades, quando o país é envolvido em imbrólios que a todo momento afetam, de maneiras distintas, os interesses do Estado ou de seus cidadãos.

O Brasil e seu entorno regional

O comportamento da política externa brasileira tem enfrentado dificuldades para ser caracterizado com fidelidade, na sua totalidade ou em momentos distintos de sua trajetória. Sob rótulos os mais variados possíveis, cada governo recebeu ou tem recebido designação que procura demonstrar sua aproximação e afiliação ou afastamento, por exemplo, com grandes parceiros como os Estados Unidos da América. Independente, alinhado, país-chave, parceiro estratégico, imperialista, subimperialista, pragmático, são algumas das formas com que se procura interpretar as relações do Brasil com seus vizinhos mais próximos e distantes.

Potência média, regional, intermediária e emergente são outras designações para indicar que esse é o papel que o Brasil tem desempenhado há quase um século no contexto global, ainda que não haja consenso sequer sobre o significado, nem mesmo debates suficientes e convincentes, acerca das implicações sobre os usos e abusos dessas terminologias.

Relacionamento com os vizinhos mais próximos, com as grandes potências, com as que desfrutam de semelhante status ao seu, com os menos desenvolvidos da África, do continente latinoamericano ou do Hemisfério Sul, com as chamadas parcerias seletivas, com os organismos internacionais, tudo isso tem sido colocado como preferências adotadas pelo governo em determinado período histórico e que marcaria a conduta brasileira, daí os rótulos.

Ou seja, ao se fazer a opção por uma delas, as demais estariam sendo colocadas em segundo plano ou mesmo relegadas. Pelo menos é isso que se pode inferir da hoje já relativamente extensa bibliografia existente que interpreta a política externa brasileira sob as mais diferentes perspectivas.

Ao priorizar uma das vertentes da política externa, provavelmente, todos ou grande parte daqueles que se preocuparam em analisar o papel do Brasil no cenário internacional, têm suas razões. Além de suas próprias escolhas, feitas pelas necessidades, identificações ou conveniências analíticas, o recorte temporal e a proximidade com cada governo sobre o qual se escreve induz o analista a espelhar-se política e ideologicamente com o mesmo, dificultando uma interpretação mais precisa da realidade. Nada mais natural que assim seja, visto que a pretensa neutralidade jamais existiu, por parte de quem quer que seja, se simpáticos, identificados, partidários ou contrários às instâncias governamentais daquele momento.

Algumas características, entretanto, têm marcado a atuação governamental, independentemente das ressalvas que um ou outro governo faça de seus antecessores. Uma delas, a questão do desenvolvimento que permeia as demandas brasileiras no cenário global, onde sempre desfrutou, conforme suas próprias convicções, de posição menos privilegiada no jogo mundial do poder do que deveria efetivamente desempenhar.

Sob rubricas e instantes distintos, esse tema nunca deixou de estar presente na agenda nacional, com o país reclamando com frequência das condições rígidas vigentes na estrutura mundial, conclamando, por exemplo, a necessidade de democratização das relações internacionais e a pertinência de se auxiliar as nações menos favorecidas. Longe, porém, de parecer uma conduta revolucionária de transformação da estrutura global, o país sempre advogou, com seus discursos e demandas, uma mudança que atendesse aos seus próprios interesses, propiciando uma ascensão individual, para sentar-se na mesma mesa de negociações dos grandes agentes que formatam o poder mundial.

Outro tema que historicamente permeia as relações internacionais brasileiras é a sua atuação no plano regional mais próximo, no seu entorno geográfico.

Difícilmente se encontrará momentos na vida política nacional, em que os investimentos na cooperação e a possibilidade de ampliação do grau de confiança não tenham feito parte de sua agenda externa.

Assim, respeitando-se as conjunturas dinâmicas e oscilantes, conforme sói acontecer em qualquer relacionamento, investiu-se tanto nas parcerias bilaterais quanto nas multilaterais no espaço sulamericano. Deu-se ênfase maior ou menor, de acordo com as conjunturas e conveniências, a um ou outro parceiro, falando-se mais claramente em processos de cooperação e de integração regionais.

Tal comportamento é o mesmo que se adota quando um país, isoladamente, não tem fatores suficientes ou adequados, nem condições de atuar global e simultaneamente em todo o mundo, atendendo a todas as variáveis. Isso ocorre justamente pela sua posição relativa de país secundário, portanto, carente de vetores importantes, como poder militar, poder econômico, domínio científico e tecnológico, ou influência política e cultural comparáveis, por exemplo, a potências globais como os Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial. Ou como o papel que a China passou a jogar nos últimos anos, independentemente de críticas que a esses dois agentes possam ser feitas por desrespeito às convenções internacionais sobre direitos humanos, meio ambiente, comércio internacional, etc.

Em termos de definição das áreas no entorno geográfico brasileiro, pelo menos quatro espaços de interesse podem ser apontados: a Bacia do Prata, a Bacia Amazônica, o Atlântico Sul e a cordilheira andina. Mesmo aqueles que tenham apenas um rápido entendimento das história e geografia nacionais, não encontrarão dificuldades para perceber essa divisão.

A primeira não deixa dúvidas de qualquer natureza, já que foi nessa parte do continente que ocorreram as mais árduas disputas, e retratadas sob prismas diferentes, tanto na ótica econômica, quanto na geopolítica, envolvendo Argentina, Uruguai e Paraguai. Sua importância atual ainda pode ser percebida como linha de atuação primeira do governo brasileiro, com a iniciativa dos protocolos de integração em meados de 1980, culminando com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Os países amazônicos sempre foram deixados em plano secundário, se comparado com o Cone Sul, motivado por dificuldades da política de interiorização, ocupação e integração das grandes florestas ao resto do país. Mas, nem por isso, deixou sua importância de lado, mostrada, por exemplo, nos anos 1940 e 50 pelos projetos da Hylea Amazônica, na década de 1960 pelas denúncias sobre a internacionalização e a proposta de criação dos grandes lagos, feita por Herman Kahn e Roberto Panero apresentada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).³ No período do regime militar, começaram a avolumar-se críticas sobre a devastação indiscriminada do meio ambiente durante o governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, e pela resposta dada anos depois, com a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978. No período pós-militar, observam-se iniciativas como o Projeto Calha Norte em 1985 (transformado depois em Programa Calha Norte), com o Sistema de Vigilância da Amazônia e Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM) na primeira metade dos anos 90, e com as preocupações demonstradas na elaboração das duas versões do documento de Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996 e 2005.

³ Ver *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, IBRI, 41-42, 1968. Número dedicado integralmente às questões amazônicas.

O Atlântico Sul, considerado como um grande lago, igualmente mereceu atenção, obviamente por parte primeira dos que nele navegam, representados pela Marinha brasileira. Enquanto no território o Exército se constituiu na instância maior para sua ocupação, integração e defesa, nas águas do Atlântico a Marinha se fez presente, ainda que de forma bastante modesta, como resultado dos limitados orçamentos que sempre usufruiu para atender as reais necessidades para aquisição e modernização de equipamentos dessa arma. Com o decorrer do tempo, iniciativas foram tomadas, conjugando esforços diplomáticos e militares, seja nos anos 1970 com a ampliação do mar territorial para 200 milhas, com a proposta de criação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul em 1986, no âmbito da Organização das Nações Unidas, envolvendo os países ribeirinhos africanos, e com as descobertas dos recursos do pré-sal ao longo da costa no início do novo século. Caminho para a Antártica, o Atlântico Sul recebeu atenção normal do governo brasileiro, ainda que seja considerada área de hegemonia norte-americana.

Por último, os países andinos, ainda que de forma mais restrita, não deixaram de figurar na agenda da política externa brasileira. Alguns motivos poderiam levar a interpretações diversas, de que tal fato se deveu por causa de vários obstáculos. De um lado, pela necessidade de primeiro resolver problemas históricos na região Sul, onde se concentram os grandes interesses e disputas no continente. Em segundo lugar, pelas próprias dificuldades geográficas extremamente peculiares dos vizinhos andinos, praticamente separados do Brasil pelas grandes e quase intransponíveis cordilheiras. Por isso mesmo, as nações andinas estiveram sempre mais voltadas para Leste, para o Oceano Pacífico, do que para o centro do continente, exceção óbvia do caso boliviano e dos demais na floresta amazônica. Portanto, de costas para o Brasil. Mesmo nesse exemplo, contudo, é conhecida a permanente reivindicação boliviana de uma saída para o mar, perdida por esse Estado na Guerra do Pacífico, e que resolveria uma série de problemas. Entre outros, o acesso ao Pacífico permitiria à Bolívia a construção de sua Força Aérea e Marinha, de forma eficaz, escapando, também, à dependência brasileira que lhe propicia saída para o Oceano Atlântico, através do porto de Santos. Com tal condição, a Bolívia, da mesma forma que o Paraguai, converteram-se, praticamente, em prisioneiros geopolíticos do Brasil, como Estados mediterrâneos.

Apenas quando o Brasil pareceu resolver suas divergências mais agudas no Cone Sul, sobretudo com as negociações em torno da construção da barragem de Itaipu, seus olhares voltaram-se tanto para a Amazônia [motivadas inicialmente pelos problemas ambientais] quanto para os Andes.

No conjunto, entretanto, a América do Sul jamais esteve ausente na pauta governamental externa do Brasil. Iniciativas mais abrangentes que vão desde o advento da Associação Latinoamericana de Livre Comércio (ALALC) em 1960, a Associação Latinoamericana de Integração (ALADI) em 1980, até as mais recentes como a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), União das Nações do Sul (UNASUR) e o Conselho de Defesa Sulamericano, contaram com a participação, apoio político e recursos econômicos do governo brasileiro. Os três últimos têm despertado, inclusive, agudo interesse por parte do meio acadêmico nos últimos anos.

A agenda brasileira

Conquanto a região andina não tenha desempenhado papel primordial na agenda da política externa brasileira, nem por isso deixou de despertar interesses. No

decorrer dos anos pode-se perceber inquietações em vários níveis: no estratégico-militar, no econômico e no político. Ou seja, em três grandes dimensões, cada uma assumindo importância maior, dependendo do momento histórico considerado e das pretensões do governo brasileiro no continente sul-americano e no mundo.

Uma das dificuldades ao se considerar os países pertencentes ao bloco andino, a partir das realidades locais, é que o relacionamento dessas nações com o Brasil envolve simultaneamente a região amazônica, com interesses diferenciados de outros que não fazem parte da mesma, como o Chile. Destarte, a pauta da política externa brasileira tem que compatibilizar simultaneamente interesses nos dois blocos, com temas e agendas distintos, sobretudo no plano bilateral.

Nos anos 1930, a região andina era percebida como área importante para as pretensões brasileiras, em termos geopolíticos. Obra escrita nesses anos falava na necessidade de controlar-se parte substantiva da Bolívia, onde se encontraria a região nomeada como o "coração latinoamericano", o *heartland* regional.

Transposta para o plano sul-americano, a idéia do coração do mundo local lançava mão dos escritos de Halford Mackinder, quando este criou a teoria do "coração do mundo", localizado na Eurásia. No âmbito regional, o triângulo Santa Cruz de la Sierra-Cochabamba-Sucre, proposto por Mário Travassos, desempenharia o mesmo papel que a Eurásia no mundo. O triângulo geopolítico estaria no centro do continente, opondo antagonismos geográficos: de um lado entre Atlântico e Pacífico; de outro, as Bacias Amazônica e Platina.

Abordagem geopolítica por excelência, o escrito de Mário Travassos seria utilizado como referencial pelos autores latinoamericanos para referir-se ao fato de que a estratégia brasileira no continente estaria nele apoiado para projetar-se como líder regional, desempenhando na América do Sul o mesmo papel ampliado que os Estados Unidos jogam no mundo.

Isso se observaria fundamentalmente a partir de 1964, quando o estamento militar chegou ao poder, tendo como um dos componentes do grupo castrense o general Golbery do Couto e Silva, um dos mais conhecidos representantes responsáveis pelas elucubrações gestadas pela Escola Superior de Guerra desde seu advento em 1949.

Corretamente ou não, pouco importa neste momento, o fato é que o centro-norte do continente sul-americano, onde se encontram os países andinos, adquiriu importância teórica nos estudos geopolíticos a partir dos anos 1960, tanto na literatura produzida em âmbito nacional, mas principalmente naquela produzida em terras estrangeiras, creditando ao regime militar importância provavelmente exagerada sobre os rumos da política externa brasileira desde então, apoiada quase que exclusivamente nas variáveis estratégico-militares.

Outro exemplo nessa direção poderia ser mencionado com a queda de Juan José Torres Gonzalez do governo boliviano em 1971 e a ascensão de Hugo Banzer Suarez ao poder.

Ainda que se credite a mudança por motivações geopolíticas, daí a participação brasileira nesse golpe, deve-se analisá-la com a devida prudência e não apenas por uma ou outra causa. Na época do fato, prevalecia no Brasil a visão extremamente forte da doutrina do cerco, estabelecida pelo sistema militar, segundo a qual os países com os quais o Brasil mantinha fronteiras não deveria ser governada por governos política e ideologicamente hostis, com doutrinas consideradas espúrias.

Tais governos deveriam, portanto, ser neutralizados para que influências entendidas como hostis não causassem problemas na ordem interna vigente sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional. Daí os planos "Operação Trinta Horas"

para ocupação do território uruguaio, caso Liber Seregni Mosquera líder da Frente Ampla alcançasse o poder nas eleições de 1971.

O mesmo se aplicaria no caso boliviano, com o governo de Juan Torres e com Salvador Allende Gossens em setembro de 1973, ainda que o Chile não faça fronteiras com o território brasileiro.

As divergências ideológicas seriam o motor principal que motivava a ótica do regime militar brasileiro para intervir, inclusive prevendo invasões, visando neutralizar possíveis governos hostis no continente, segundo a doutrina anticomunista vigente e o binômio segurança e desenvolvimento.

Certamente a variável estratégico-militar é importante para o caso brasileiro, sobretudo em termos de projeção continental. Mas não é essa, com certeza, a que merece primazia na agenda do governo brasileiro. Nem poderia ser, uma vez que a perspectiva brasileira das relações internacionais sempre foi a de investir na cooperação bilateral e multilateral.

Nesse sentido, embora não se possa descurar da visão conflituosa das relações globais de poder, procurando modernizar-se na medida do possível e/ou investindo na indústria bélica - como ocorreu nos anos 1970, com a criação da Indústria de Material Bélico (IMBEL) em 1975 no governo de Ernesto Geisel, ou com as perspectivas anunciadas na Estratégia Nacional de Defesa (END), de dezembro de 2008, é certo que as vertentes econômicas e políticas mereceram lugar mais importante do que a visão castrense sobre o continente.

Mesmo quando se falou nos corredores de exportação e abastecimento, rasgando o país de Leste a Oeste, inclusive na região amazônica, saindo no Perú, os princípios que levaram a isso não podem ser creditados exclusivamente à vertente estratégica, percebido já pela própria designação.

Ainda que preenchendo condições importantes de integração e interiorização nacionais, atendendo, portanto às expectativas geoestratégicas, a concepção das mesmas, quando implementadas pelo Governo Federal no início dos anos 1970 foi projetada dentro de instâncias econômicas, como o Banco Central e o Ministério dos Transportes.

A finalidade era interligar o país para propiciar a produção e escoamento dos grãos, produto importante da agricultura nacional. Tanto é assim, que o conceito formulado teve como responsável, Josef Barat, técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ainda que constasse de obras escritas por Mário Travassos ou Carlos de Meira Mattos, sua viabilidade se concretizou sob a égide dos tecnocratas da administração federal dos anos 70 e não nos gabinetes militares.

A própria lógica da construção dos corredores de transportes, foi a de minimizar os custos, utilizando as antigas linhas de circulação já existentes, e interligando os sistemas de transporte modal, utilizando-se caminhões, trens e navios, desde a origem onde se colhia o produto até os portos responsáveis pelo seu escoamento e exportação.

É este o mesmo princípio que norteou sempre o planejamento das estradas visando atingir o Pacífico, ultrapassando as montanhas andinas. Daí a construção tanto da BR 364 quanto de outras, visando alcançar o oceano oposto através de cidades peruanas.

O que se observa, principalmente, a partir dos anos 70, no relacionamento do Brasil com os países andinos, é a ampliação do intercâmbio tanto através dos mecanismos diplomáticos, realizando parcerias bilaterais ou multilaterais, quanto pela entrada de grandes empresas brasileiras na área de infraestrutura, prestando e

vendendo serviços para construção civil, compreendendo abertura de estradas e empreendimentos energéticos.

Proximidades e identificações

Com algumas reorientações da política externa na abertura do século XXI, a América do Sul continuou recebendo atenção como sempre ocorreu na história nacional. Entretanto, pode-se dizer que alguns tópicos da agenda brasileira foram mais realçados, como o próprio tema da integração regional, e iniciativas diversas visando aglutinar os sul-americanos foram encetadas.

Entre essas a Comunidade Sul-Americana, substituída posteriormente pela União das Nações do Sul (UNASUL). Ao mesmo tempo instâncias como o Conselho de Defesa Sulamericano, bem como o projeto de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foram levados adiante. Dois motivos podem ser apontados por esse aumento de protagonismo brasileiro nessa parte do mundo.

Em primeiro lugar, a necessidade de o país firmar-se como liderança regional, portanto deveria aglomerar em torno de si, demandas e interesses dos vizinhos, para falar em nome deles (mesmo sem procuração desses), vendo-se, como consequência, fortalecido para fazer suas próprias demandas que, inclusive, escapavam ao nível estritamente sul-americano. Para isso conspiravam a seu favor, tanto a maior capacidade econômica, quanto o fato de ser o maior Estado do continente, com claras assimetrias entre si nos planos econômico, industrial, demográfico e territorial.

Em segundo lugar, a coincidência de candidatos mais ideologicamente próximos terem sido eleitos em países vizinhos, como a Bolívia, a Venezuela e o Equador nos Andes, além de Fernando Armindo Lugo de Mendez no Paraguai e José Alberto Mujica Cordano no Uruguai. Essa confluência de governantes ora escolhidos na entrada do século XXI, mais afinados política e ideologicamente com o governo brasileiro, serviu como catalisador para favorecer e fortalecer a maior presença e intercâmbio do Brasil com tais vizinhos sul-americanos, ainda que bastante distanciados do maior parceiro tradicional, representado pelo nação argentina.

Todavia, mesmo a identificação mais próxima entre os governantes da região não eliminou problemas do Brasil com seus parceiros. Com a Bolívia, situação delicada se verificou, por exemplo, relacionada com a política doméstica de Juan Evo Morales Ayma. Necessitando dar respostas à situação interna, o governante boliviano teve que tomar medidas mais drásticas no setor energético, afetando, dessa forma, os interesses brasileiros, intervindo nas instalações da Petrobrás.

Divergências anteriores já se faziam sentir, vinculadas a essa questão. Por isso, a ocupação da Petrobrás nada mais significou do que uma continuidade nas divergências que estavam cada vez mais se acentuando.

Em outro plano, reclamações foram feitas relembrando antigos fatos, mas que se refletiam diretamente no relacionamento boliviano-brasileiro, refutando o papel do Brasil como protagonista maior do continente. Daí acusações de políticas imperialistas adotadas pelo governo brasileiro, por exemplo, retomando a aquisição do antigo território do Acre, no início do século passado.

Mesmo em episódios como a saída do senador Roger Pinto Molina, opositor do governo de Evo Morales, além das costumeiras declarações de desagrado, não ocorrem impactos no relacionamento econômico entre os dois países. As repercussões muito maiores se verificam no âmbito interno da política doméstica brasileira com a substituição do ex-chanceler Antônio Patriota pelo embaixador Luiz

Alberto Figueiredo Machado, que ocupava a representação brasileira na ONU. No caso, houve apenas a permuta dos cargos entre os dois diplomatas.

Com o governo de Rafael Vicente Correa Delgado no Equador problemas ocorreram por causa do pagamento da dívida que aquele país tinha para com o Brasil

Da mesma forma, ainda que o governo de Hugo Rafael Chavez Frias e seu sucessor Nicolas Maduro Moros recebessem especial atenção do governo brasileiro, algumas querelas sem consequência maiores têm marcado o relacionamento bilateral. Nada, contudo, que comprometa as relações entre ambos os países, tanto é assim que nas eleições de 2012, para sua reeleição, o candidato venezuelano recebeu explícito apoio do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com a eleição de Maduro, o comportamento do governo brasileiro igualmente caminhou nessa direção.

Com o Peru pouco pode ser dito que tenha colocado em risco o relacionamento entre esses dois países, ao longo dos últimos lustros, mesmo com as mudanças de governo daquele Estado.

Com o Chile situação semelhante se verifica, principalmente pelo fato de estarem divididos geograficamente e cada um voltado para um oceano.

Com a Colômbia, problemas que dizem respeito às guerrilhas, a luta travada por aquele governo com forças que pretendem mudar as relações de poder interna, bem como questões ligadas ao contrabando têm sido considerados como normais. Pese, ainda, o fato de que o Brasil tem evitado imiscuir-se em assuntos domésticos colombianos, mesmo quando estão envolvidos temas como o papel exercido pelas Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), ainda que tenha oferecido ajuda e atuado diretamente para o resgate de Ingrid Betancourt Pulecio.

Com os países que fazem parte, simultaneamente dos blocos andino e amazônico, a questão ambiental ocupou espaço importante, tanto nas relações bilaterais, quanto multilaterais.

Desde os anos 1980, o problema ambiental se apresentou como item importante. Principalmente, ao se falar na internacionalização da região amazônica, reações fortes se fizeram sentir, aglutinando-os na defesa de um bem comum, mas de responsabilidade regional. Por isso, reuniões foram frequentemente realizadas, envolvendo chanceleres e chefes de governo.

Esse tema já adquirira importância nos anos anteriores, quando o Brasil propôs em março de 1977 uma instituição abrangendo os países amazônicos. Concretizada em julho de 1978, envolvendo ainda a Guiana Francesa, o Tratado de Cooperação Amazônica tornou-se a instituição representativa.

Pelas dificuldades observadas nos anos posteriores, tanto pela falta de vontade política de seus membros, quanto pela conjuntura internacional dos anos 1980, o TCA pouco realizou, fazendo com que os problemas fossem resolvidos individualmente.

Nos anos 1980, inúmeras reuniões trataram da questão ambiental. Assim, a própria declaração da Amazônia, assinada em Brasília em 1988 deixava claro o sentimento de proteção da região e a soberania dos países que a compõem.

Se o tema ambiental servia para aglutinar interesses comuns, nem por isso, o TCA apresentou-se de maneira eficaz. Por isso mesmo, em 2002 foi transformado na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), enfrentando problemas desde a escassez de recursos financeiros, até dificuldades institucionais para que sua atuação se torne eficaz.

Comércio, serviços e investimentos brasileiros

Possuidor de capacidades significativamente superiores aos de seus vizinhos de todo o continente, o Brasil operou de forma a melhorar seu papel no nível regional em pelo menos dois planos: no político e no econômico. No primeiro caso, as assimetrias entre os países sulamericanos sempre conferiu ao Brasil, papel de primordial importância, ainda que ressalvas sejam periodicamente feitas contra a função que o país exerceria como líder regional. Ora de forma discreta, ora de maneira mais agressiva, em termos retóricos, a liderança brasileira sempre fez parte da atuação governamental e mesmo em termos de discursos oficiais como fazia, por exemplo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Desagregador, tal discurso aos poucos foi deixado de lado, sendo que variáveis outras como os intercâmbios econômicos e culturais passaram a desempenhar papel mais relevante no relacionamento com as nações sul-americanas. De um lado, o país chegou a fazer a remissão da dívida de outros países tanto sulamericanos quanto do outro lado do Atlântico.

Nesta parte do mundo, a cooperação passou a ser propalada com intensidade maior, conferindo naturalmente ao país, papel de importância maior que os demais não apenas no plano regional, mas principalmente em termos globais. Nesse sentido, o apoio brasileiro às políticas nacionais de desenvolvimento dos vizinhos poderia ajudá-lo em suas demandas, por exemplo, nas reivindicações brasileiras em entidades internacionais, por exemplo, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e mesmo no Conselho de Segurança da ONU.

Certamente que em muitas dessas reivindicações o Brasil não obteve o retorno necessário em termos de apoios dos vizinhos, visto que interesses específicos de cada país fizeram com que votassem em outros candidatos, ou apresentando-se, ainda com o direito de fazer a mesma demanda que o Brasil, por exemplo, como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Essas questões têm sido discutidas exaustivamente nos últimos anos, no que consiste e qual o preço a pagar pelo exercício da liderança regional.

Liderança exercida de fato ou não, é indiscutível, contudo, que os indicadores sempre se manifestaram favoráveis ao Brasil, motivo pelo qual recursos foram canalizados para políticas diversas em países da região andina, seja culturais, de saúde, seja em infraestrutura.

Em termos de prestação de contas à sociedade, o Ministério das Relações Exteriores divulgou ao final do mandato do governo Lula, um balanço sobre o que foi realizado no plano da atuação brasileira no mundo.⁴ Em termos regionais, o papel do Brasil foi, por exemplo, dividido em temas diversos na América do Sul. Quatro tópicos foram dedicados às instancias regionais como a UNASUL, MERCOSUL, OTCA e o Grupo do Rio. Os demais itens dizem respeito às políticas implementadas pelo Brasil com seus vizinhos e abrangem gama variada de assuntos: agricultura; ciência, tecnologia e inovação; comércio e investimentos; cooperação esportiva; defesa; desenvolvimento social; educação; energia; formação profissional; infraestrutura; pesca e aquicultura; saúde; transportes.

⁴ Como se trata de uma parte mais expositiva dos projetos e recursos brasileiros investidos nos países andinos, grande parte do exposto neste item, a partir deste momento, lança mão dos dados publicados no relatório divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores intitulado *Balanço de Política Externa 2003-2010*.

Como se pode notar, são essas temáticas que se converteram em alvo de atenção do governo brasileiro, embora alguns sejam insignificantes se pensados em dados quantitativos de efetiva colaboração. Itens como comércio e investimentos, energia, infraestrutura e transportes são os que têm motivado atenção por parte tanto do governo quanto das empresas nacionais, uma vez que envolve recursos de considerável monta.

Operando conjugadamente com as grandes empresas, o governo brasileiro tem financiado parte importante dos investimentos nos países sulamericanos de maneira geral e em termos particulares nos da região andina. Tais recursos envolvem instâncias como a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, por meio do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE).⁵

O PROEX e o BNDES são os institutos responsáveis pelo repasse de recursos públicos para projetos de infraestrutura executados pelas empreiteiras como a Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e OAS. A aquisição de equipamentos é feita junto à Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Alstom, Confab Industrial e Mercedes-Benz do Brasil.

Considerando-se todas as áreas, recursos têm sido canalizados para mais de 80 projetos envolvendo recursos superiores a US\$ 10 bilhões, em todo o continente sulamericano. Na região andina estão iniciativas como as seguintes: na Bolívia. Recursos dirigidos para a Rodovia San Ignacio de Moxos-Villa Tunari, no valor de US\$ 332 milhões (através da OAS – a licitar); Projeto Hacia el Norte - Rurrenabaque-El-Chorro, no valor US\$ 199 milhões; Rodovia Tarija-Bermejo, US\$ 179 milhões (Queiroz Galvão). No Chile podem ser citados a ampliação do metrô de Santiago, com US\$ 209 milhões (Alstom) e apoio ao Projeto Transantiago (exportação de ônibus), com aproximadamente US\$ 350 milhões (Mercedes-Benz). Na Colômbia, a exportação de 127 ônibus para transporte coletivo urbano, com recursos de US\$ 26,8 milhões (San Marino). No Peru, investimentos para a construção da Ponte Assis Brasil-Iñapari, com recursos avaliados em torno de US\$ 17,1 milhões. Na Venezuela, verificam-se investimentos na construção e ampliação do Metrô de Caracas, com aproximadamente US\$ 943 milhões (Odebrecht) e na construção da Hidrelétrica La Vueltona com US\$ 121 milhões (Alstom).

Parte significativa dos recursos dirigidos para os Andes diz respeito à infraestrutura de transportes, como se pode ver por esses exemplos: na Bolívia, financiamento para projetos rodoviários como os de Tarija-Potosí, de Hacia el Norte (508 km) e de Villa Tunari-San Ignacio de Moxos (306 km). No Chile, a ampliação do metrô de Santiago e exportação de ônibus para o Projeto Transantiago (projeto governamental para a melhoria do transporte público na cidade de Santiago, consistente na criação de serviços de curta e longa distâncias. O projeto é executado pela empresa Alstom. No Equador, obras do Aeroporto Internacional de Quito, projeto este sob responsabilidade da empreiteira Andrade Gutierrez. Na Venezuela, extensão do metrô de Caracas, cujo projeto é executado pela Odebrecht.

⁵ Formas de investimento brasileiras através do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) podem ser encontradas no texto de André de Barros Ruttimann et alii – CCR: seu papel no financiamento à infra-estrutura. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 14, nº 29, p. 81-114, 2008.

No que diz respeito a área que interessa de perto ao governo brasileiro, ou seja, a questão energética, este campo tem sido alvo de constantes acordos e atenção primeira com os países andinos. É o que se pode depreender das informações constantes no relatório citado sobre a política externa do governo Lula que enfatiza os seguintes elementos: com a Bolívia, o principal tema na área energética é o contrato de importação de gás natural, firmado em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Com peso significativo da pauta exportadora boliviana, em torno de 40% do total, o Brasil tem sido um grande mercado para esse produto boliviano, absorvendo quase que a totalidade das exportações do gás daquele país, com cerca de 95% do produzido. Com o Chile o intercâmbio entre os dois países tem se restringido mais a acordos com a finalidade de divulgar a utilização e a pesquisa na área de biocombustíveis no continente sul-americano. Com o Equador, enfatiza o relatório que a participação de empresas brasileiras em projetos de geração de energia elétrica aumentou de maneira significativa nos últimos 8 anos. Com o Peru, parceiro tradicional em termos de cooperação energética ao longo dos anos, houve incremento considerável nesse campo, realizando-se a assinatura, em junho passado, de acordo bilateral na matéria, em junho de 2009. Com a Venezuela, o problema da energia permeia tradicionalmente o relacionamento entre os dois países, sobretudo pelos vínculos entre a Petrobrás com a PDVSA. Lembre-se, ainda o fornecimento de energia venezuelana para o estado de Roraima, através do “Linhão de Guri”.

Informações interessantes sobre a presença brasileira nos países andinos dizem respeito à participação não apenas em projetos, mas na aquisição de parte das empresas desses Estados. Por exemplo, em agosto de 2008 a Petrobrás concluiu as negociações para compra dos ativos da EXXON no Chile. No Peru a Eletrobrás esteve envolvida em projetos sobre viabilidade para construção de usinas hidrelétricas, enquanto a Petrobras voltava-se para a exploração de gás na região de Camisea e a Odebrecht orientava-se para a construção do Gasoduto Andino do Sul. No Equador várias frentes foram abertas: a Petrobras investiu mais de US\$ 500 milhões em dois campos petrolíferos na Amazônia equatoriana, os Blocos 18 (Campo Palo Azul) e 31, assim como no Oleoduto de Crudos Pesados; a Odebrecht esteve envolvida em uma série de projetos com recursos superiores a US\$ 2,2 bilhões até 2008. Nesse país, podem ser citadas a construção da Hidrelétrica de San Francisco, os projetos Hidrelétricos de Toachi-Pilatón e Baba); por sua vez a OAS terminava o Projeto Multipropósito BABA (irrigação, geração de energia elétrica, fornecimento de água potável e controle de inundações). A Petrobrás, a Eletrobrás e a Eletronorte mantiveram-se presentes também na Venezuela e na Colômbia.

Grande parte dos recursos injetados nessa região e na América do Sul como um todo, tem como origem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja finalidade inicial, quando foi criado em 1952, seria implementar projetos domésticos, visando o desenvolvimento brasileiro.

Alterando suas funções ao longo dos anos, sobretudo a partir dos anos 90, essa agência de fomento investiu significativamente em países vizinhos, aumentando os recursos em mais de 1.000 na primeira década deste século. Esses recursos basicamente foram utilizados para financiar as empresas brasileiras que desenvolvem projetos para infraestrutura das nações sul-americanas.

Uma das alegações governamentais é que ao agir assim, o país estaria aumentando sua participação e presença nos demais, tendo retornos políticos e econômicos a médio e longo prazo. Ao assim agir, o Brasil estaria contrapondo-se à presença de agentes externos que aumentariam sua presença no continente, por exemplo, como faria a própria China.

Considere-se, por outro lado, que ao injetar recursos em projetos de natureza diversa, o Brasil tem enfrentado problemas, por exemplo, que dizem respeito ao não cumprimento da legislação ambiental dos países onde atua. O exemplo boliviano pode ser citado como um dos que mais repercutiram, porque ao financiar estradas naquele país, construída pela OAS sofreu oposição por parte de movimentos ambientalistas e de direitos humanos, por usar reservas ambientais, obrigando inclusive a que o governo de Evo Morales paralisasse tal projeto.

Uma das propostas do governo brasileiro seria inclusive criar agências tanto do BNDES quanto do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em cada país sulamericano. A finalidade seria agilizar o uso de recursos no continente e assessorar os governos locais na formulação de políticas públicas. Na esteira dessas iniciativas e para ajudar a executar os projetos entrariam invariavelmente as grandes empreiteiras brasileiras.

Atuando em conjunto com o Banco do Brasil, o BNDES assinou com este em 1º de junho de 2011 um contrato de financiamento a exportações brasileiras de máquinas e equipamentos a países da América Latina, com base em nova modalidade de apoio: o BNDES Exim Automático. Com recursos iniciais previstos em cerca de US\$ 200 milhões, esse tipo de atuação “desenvolvido pela Área de Comércio Exterior do BNDES e criado a partir da demanda de exportadores, busca dar maior agilidade operacional ao financiamento às exportações brasileiras de máquinas, equipamentos e demais itens de maior valor agregado, mediante a concessão de linha de crédito a bancos no exterior”.⁶

Com relação ao intercâmbio econômico com os países da região andina, o Brasil apresentou os seguintes resultados nos anos mais recentes⁷:

Para a Bolívia, as exportações brasileiras em 2001 foram de US\$ 333.470.861 FOB, tendo saltado para US\$ 1.472.961.695 ao final de 2012. As importações que eram de US\$ 256.144.679 em 2001 representaram o valor de US\$ 3.431.044.276 em 2012.

Para o Chile, em 1989 o Brasil vendeu US\$ 694.391.985, sendo que em 2001 o montante era de US\$ 1.354.942.780. Em 2012 esse subiu para US\$ 4.602.202.699. Nesse meio tempo o Brasil importou desse país a importância de US\$ 514.833.865 em 1989; em 2001 foi de US\$ 843.829.471, enquanto em 2012 correspondeu a US\$ 4.164.608.910.

Para a Colômbia o Brasil vendeu US\$ 2.834.522.131 em 2012, sendo que em 2001 era de US\$ 607.499.837, e em 1989 correspondia a US\$ 204.216.058. Daquele país o Brasil importou US\$ 1.267.096.005 em 2012. Em 2001 foi de US\$ 188.842.753, enquanto que em 1989 foi de apenas US\$ 18.211.615.

Com o Equador o Brasil sempre manteve intercâmbios modestos, se comparados com os demais vizinhos. Para aquele país o Brasil exportou US\$ 161.404.415 em 1989; o valor foi de US\$ 211.194.958 em 2001 e em 2012 chegou a US\$ 898.591.182. As importações nesse meio tempo foram de apenas US\$

⁶ Essas informações podem ser encontradas no site da própria instituição: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2011/todas/20110601_bb.html. Acesso em 20 de agosto de 2013.

⁷ Todos os dados a seguir mencionados foram retirados da página do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDIC). <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3385&ref=576>. Acesso em 21 de agosto de 2013.

8.069.410 em 1989 ; de US\$ 17.565.899 em 2001, chegando a US\$ 133.026.878 em 2012.

Com o governo peruano, o Brasil realizou os seguintes intercâmbios: exportou US\$ 126.200.083 em 1989, US\$287.809.523 em 2001, chegando às cifras de US\$ 2.415.202.868 em 2012. Desse país o Brasil importou produtos equivalentes a US\$ 162.843.661 em 1989, de US\$ 230.732.122 em 2001 tendo atingido a marca de US\$ 1.287.505.200 em 2012.

Com a Venezuela os negócios realizados pelo Brasil chegaram aos seguintes valores: exportou US\$ 265.544.217 em 1989, US\$ 1.095.269.547 em 2001 e US\$ 5.056.025.298 em 2012. Nesses anos, as importações brasileiras daquele país corresponderam a US\$ 220.886.833 em 1989, a US\$ 1.095.269.547 em 2001, alcançando a marca de US\$ 996.791.794 em 2012.

Alguns elementos podem ser aqui mencionados. Em primeiro lugar, o fato de que ao longo de sua história o intercâmbio com os países vizinhos sempre se manifestou favorável ao Brasil. Apenas com a Bolívia a balança se manifesta favoravelmente a esse país, justamente pela particularidade do produto exportado, do qual o Brasil tem mantido necessidade.

Isso significa que as assimetrias se manifestam aqui claramente, sem maiores nuances. Quer dizer, também, que o Brasil não se preocupa, além da costumeira retórica, em favorecer realmente os vizinhos. Os negócios representados pelas exportações, prestação de serviços e investimentos ocupam as preocupações primeiras do governo e empresas brasileiras.

Igualmente, observa-se que na última década as trocas do Brasil com os países mencionados aumentou de forma substantiva. Isso pode ser explicado por dois fatores: o primeiro, por conceder certa importância aos Estados da região, desejando assumir a condição de líder regional, necessitando inclusive de adotar políticas mais agressivas na América do Sul. Em segundo lugar, tal motivação pode ser provocada pelo fato de que não podendo competir em igualdades de condições com as grandes potências e mesmo emergentes além mar, o Brasil encontrou nesta parte do mundo mercado com boa capacidade de adquirir seus produtos.

Se compararmos, porém, com os países do Cone Sul individualmente, ou o MERCOSUL como um todo, notaremos diferenças bastante acentuadas. Enquanto neste último bloco o crescimento foi considerável, o mesmo não pode ser dito em relação ao bloco andino, ainda que melhoras possam ter sido notadas. Apenas para efeito ilustrativo, lembremos que o intercâmbio com o MERCOSUL, mesmo quando este não se constituía ainda como bloco era o seguinte: em 1989 as exportações brasileiras correspondiam a US\$ 34.382.619.710, sendo de US\$ 58.286.593.021 em 2001, atingindo a marca de US\$ 242.579.775.763 em 2012. As importações brasileiras do bloco, por sua vez, registram os seguintes valores: em 1989, de US\$18.263.432.738 ; em 2001, com US\$ 55.601.758.416 e alcançando a cifra de US\$ 223.173.180.307 em 2012. Tanto no primeiro como nesse segundo bloco, observa-se sempre uma balança superavitária a favor do Brasil, motivo de reclamações constantes, mormente por parte da Argentina.

Considerações finais

Importante, mas não prioritária. É assim que a região foi percebida pela política externa brasileira não apenas nos anos mais recentes, mas também ao longo da história.

Nada mais natural que assim seja. Afinal de contas, os interesses brasileiros estiveram voltados no continente, mais para o Cone Sul, enquanto a Europa e os Estados Unidos apareceram sempre como grandes parceiros. Países como o Japão, a China, blocos como o BRICS, IBAS, o G-8 e o G-20 adquiriram proeminência durante as duas últimas décadas.

Certamente se pode dizer que os países em desenvolvimento foram alvo de atenção por parte do governo brasileiro. Mas, nem por isso, assumiram papel de destaque maior, como os indicadores claramente mostram.

Ainda que, politicamente, a parceria ou ênfase no relacionamento com as nações em desenvolvimento, mormente do Hemisfério Sul, seja importante, o retorno em termos econômicos e, mesmo em termos de apoios para as demandas brasileiras, no cenário internacional tem sido modestos.

O que se pode deduzir é que ao agir de forma pragmática e universalista como aliás sempre ocorreu na história brasileira (exceção a alguns momentos adversos da conjuntura doméstica) o país percebeu, igualmente, que todos os demais se guiam pelos mesmos princípios que orientam as políticas de interesse nacional e de conveniência de cada governo. Assim, não conseguiu obter apoios em demandas que considerou importantes para marcar presença mais forte no contexto das relações de poder global.

Por outro lado, no seu entorno geográfico, área de atuação mais próxima, portanto, ocorreram oscilações, mas não tão acentuadas que pudessem indicar mudanças de rumos na conduta da política externa.

O que os dados mostram é que as relações comerciais com os países vizinhos continuam mantendo-se favoráveis às empresas brasileiras. Mesmo com o discurso de igualdade e de democratização das relações internacionais no nível mais amplo, na esfera regional o país continua exercitando políticas com visíveis assimetrias que o discurso não conseguiu superar.

Deve-se considerar, por outro lado, as disparidades em todos os indicadores entre o Brasil e os demais parceiros sul-americanos difíceis, se não impossíveis, de um dia serem reduzidos. Pelo que se percebe, historicamente, as políticas de desenvolvimento brasileiro, em todas as áreas, realizaram-se de maneira mais eficaz que os vizinhos, daí o aumento das disparidades cada vez mais significativas.

Por isso, também, entende-se o superavit crescente a favor do governo brasileiro, em praticamente todos os intercâmbios regionais. Eventualmente uma das formas de se reduzir essa constante, seria que o país aumentasse significativamente suas importações e reduzisse as exportações. Mas, isso traria a pergunta óbvia: estariam os demais vizinhos em condições de realizar tais tarefas?

Referências Bibliográficas

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL -
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2011/todas/20110601_bb.html.
 MINISTERIO DA DEFESA – (1996) – Política de Defesa Nacional.
<http://www.defesa.gov.br>.
 MINISTERIO DA DEFESA – (2005) – Política de Defesa Nacional.
<http://www.defesa.gov.br>.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3385&ref=576>.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (1978) – *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília: MRE.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010) – *Balanço de política externa 2003-2010*. Brasília: MRE.

IBRI (196) – *Revista Brasileira de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, IBRI, 41-42, 1968.

RUTTIMANN, André de Barros et alii (2008) – CCR: seu papel no financiamento à infra-estrutura. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 14, nº 29, p. 81-114.

TRAVASSOS, Mário (1935) – *Projeção continental do Brasil*. 4ª. Ed., São Paulo: Cia Editora Nacional.